

HABEAS CORPUS Nº 548.224 - CE (2019/0355248-7)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : **IVES NAHAMA GOMES DOS SANTOS E OUTROS**
ADVOGADOS : **MANOEL ABILIO LOPES - CE029431**
 JOAQUIM LEANDRO CESARIO SOUSA - CE031337
 IVES NAHAMA GOMES DOS SANTOS - CE039590
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**
PACIENTE : **ALEFF FERREIRA DOS SANTOS (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ALEFF FERREIRA DOS SANTOS, apontando como Coator o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (Apelação na Ação Penal n.º 9099-72.2017.8.06.0028).

Consta dos autos que o Paciente – preso cautelarmente desde 30/01/2017 – foi sentenciado a 7 (sete) anos e 7 (sete) meses de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso nos arts. 33, *caput*, e 40, inciso VI, da Lei n.º 11.343/2006.

Contra a sentença, a Defesa afirma que interpôs recurso de apelação em 12/03/2018, que teria sido remetida pela Vara de origem ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará somente em 04/09/2019, "*ou seja, mais de 1 ano e 8 meses de espera pela simples remessa do recurso, mantendo a imperativa de cárcere ao Sr. Alef Ferreira*" (fl. 4), sendo que o recurso ainda não foi julgado pela referida Corte.

Na presente impetração, a Defesa alega excesso de prazo para a apreciação do mencionado recurso, apontando ofensa ao princípio da razoabilidade a ensejar o relaxamento da custódia preventiva do Paciente.

Assim, requer (fls. 9-10):

"a) A concessão da liminar pleiteada para que o paciente seja posto em liberdade, seja pelo latente excesso de prazo para a apreciação do recurso da defesa, expedindo-se assim em favor de ALEF FERREIRA DOS SANTOS, o alvará de soltura.

b) Ad argumentandum tantum, não se verificando a concessão do provimento liminar, requer dos Doutos Ministros desta ilustre Corte, a concessão da presente ordem em razão dos robustos argumentos expostos e por ser de direito e da mais lúdima justiça."

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido o pedido de urgência.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, **e em grau bastante satisfatório**, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora.

O retardo injustificado à prestação jurisdicional viola o princípio da duração razoável do processo, previsto no art. 5.º, inciso LXXVII, da Constituição da República, acrescido pela Emenda Constitucional n.º 45/2004 (*"a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação"*).

No caso, todavia, **não há como reconhecer, na presente fase processual, estreme de dúvidas, que ocorre violação desse princípio** sem que sejam prestadas informações, notadamente sobre os andamentos já concretizados após a interposição da apelação.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Relator da Apelação no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para que preste esclarecimentos precisos sobre o andamento do referido recurso, com a indicação de quais esforços estão sendo envidados para que o feito seja julgado com a urgência que o caso requer, devendo, ainda, encaminhar a chave de acesso às informações processuais.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora